

Tempo dos discursos é reduzido em mais da metade

Reunidos com o presidente do Senado, Renan Calheiros, os líderes partidários decidiram cortar em mais da metade o tempo destinado ao discurso dos senadores. A medida, segundo Renan, tornará "mais democrático" o uso da palavra no Plenário.



Jane Araújo

Página 4

DECISÃO Renan preside reunião em que os líderes acertam corte de mais de 60% no tempo em que ocupam a tribuna para discursos e comunicados

Senado reforça o combate à exploração sexual de crianças



Célio Azevedo

ELEIÇÃO Sérgio Guerra é escolhido presidente da comissão que vai discutir os problemas do campo

INSTALADA A COMISSÃO DE AGRICULTURA

Os juros altos e os problemas de infra-estrutura foram definidos pelo presidente da recém-criada

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Sérgio Guerra, como o principal desafio enfrentado pelo

setor. Guerra foi eleito em reunião com a presença do presidente do Senado, Renan Calheiros.

Página 7

Mudanças no Código Penal e no Estatuto da Criança e do Adolescente prevêem rigor nas ações contra abusos

Trés projetos da CPI do Congresso que investigou a exploração sexual de crianças e adolescentes foram aprovados ontem pelo Plenário do Senado. Um deles efetua diversas alterações no Código Penal e define como estupro o abuso sexual cometido contra pessoas em geral, e não apenas contra mulheres. Outra mudança torna ação penal pública a que examina os crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes. Essa alteração permitirá que qualquer cidadão de-



Gerardo Magela

PREOCUPAÇÃO Patrícia afirma que objetivo das propostas foi dar voz às vítimas dos abusos sexuais

nuncie esse tipo de crime. Outros projetos punem com rigor quem fotografar ou filmar crianças e adolescentes em cenas de sexo explícito ou pornográficas.

Página 3

Parlamentares estudarão reforma do Orçamento

Página 4



REVERÊNCIA Crivella recitou da tribuna poesia de sua autoria saudando os 440 anos da cidade

Crivella faz homenagem ao Rio de Janeiro

Os 440 anos da cidade do Rio de Janeiro, comemorados ontem, foram saudados pelo senador Marcelo Crivella (PL-RJ) com uma poesia feita por ele e recitada da tribuna, na qual manifesta esperança de ver os problemas sociais da cidade resolvidos.

– Sonhei que o Rio estava em paz. Amanheceu, e o Rio estava em paz, e o sol dessa manhã resplandeceu demais. Eu vi crianças a brincar, correndo atrás da bola nos campos da escola. Eu vi os meus irmãos seguindo para o batente com o rosto mais feliz, o coração contente; nem tiro de fuzil nem de metralhadora. Mas a voz que eu ouvi no morro era a voz maior, a voz da professora. Eu vi um boêmio cantando pela madrugada, caminhando, sorrindo na noite mais enluarada. A vitória do bem sobre o mal, o amor triunfando afinal. E sem crianças de rua o nosso Rio ficou tão legal! – concluiu.

Em aparte, o senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) destacou as belezas naturais de sua cidade, e recomendou o acesso ao site do jornal *O Globo* na Internet, que reverencia o Rio com fotos históricas. A Mesa do Senado associou-se à homenagem.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Agenda

Sessão especial em memória do economista Celso Furtado

Os senadores promovem sessão especial, às 11h, com o objetivo de reverenciar a memória do economista e ex-ministro Celso Furtado, falecido em novembro do ano passado. Às 14h30, o Plenário realiza sessão deliberativa. Na pauta, medida provisória que



autoriza a Caixa Econômica Federal a comprar diamantes brutos já extraídos pelos cintas-largas nas áreas indígenas Roosevelt, Serra Morena, Aripuanã e Parque Indígena Aripuanã (MP 225/04). Os demais itens só podem ser examinados depois da votação da MP.

Pavimentação de vias urbanas

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) reúne-se às 11h para votar projeto que condiciona a pavimentação de vias urbanas à prévia implantação de redes de infra-estrutura urbana básica (PLS 264/04). Delibera ainda sobre proposta que determina a adoção do horário de verão em todo o território nacional (PLS 530/03).

CCJ analisa regras para embalagens de alimentos

O primeiro item da pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que se reúne às 10h, é o projeto que proíbe embalagens e publicidade de alimentos

de dar destaque às declarações de qualidades e características nutritivas do produto (PLS 26/03). A CCJ analisa ainda proposta (PLS 207/99) que obriga o Ministério

da Fazenda a publicar na Internet o repasse das cotas referentes aos fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM).

Afif Domingos fala sobre a MP dos Impostos

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 232/04 promove audiência pública hoje, às 14h, com a presença do presidente da Associação Comercial de São Paulo, Guilherme Afif Domingos. A MP tem criado polêmica entre o empresariado por elevar de 32% para 40% a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) paga pelo setor de serviços e por pequenos agricultores. O texto reajusta ainda a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física, aumentando o número de cidadãos isentos.



ANTONIO CRUZ/ABF



Posse dos novos conselheiros

O Conselho de Comunicação Social (CCS), órgão auxiliar da Mesa do Congresso, responsável por opinar sobre projetos relativos ao setor, reúne-se às 15h para dar posse a integrantes do colegiado. Entre os novos conselheiros estão o jornalista Daniel Herz e o ator Stepan Nercessian.

Agenda do presidente

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebe, às 10h30, o procurador-geral da República, Cláudio Fonteles; às 17h, o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues; e, às 18h, o presidente dos Correios, João Henrique de Almeida. Renan participa ainda, às 11h, de reunião sobre mudanças no Orçamento.

Comissão Dorothy Stang

A Comissão Externa Dorothy Stang, que acompanha as investigações do assassinato da missionária americana, promove reunião reservada às 14h30. O colegiado vai apresentar o resultado da viagem feita às cidades de Altamira e Anapu, no Pará, e determinar as próximas atividades.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



Roosevelt Pimheiro

AVANÇO Osmar ressalta que lei permitirá o uso de células-tronco na cura de diversas doenças

Osmar Dias defende a Lei de Biossegurança

O senador Osmar Dias (PDT-PR) disse que torce pela aprovação da Lei de Biossegurança na Câmara dos Deputados. Ele lembrou que o projeto foi elaborado pela Comissão de Educação do Senado e que sua aprovação pode significar a cura de doenças que angustiam milhares de brasileiros.

– Somente com o tratamento de células-tronco para doenças cardíacas, cerca de 200 mil pacientes poderão ser salvos por ano – assinalou.

O senador registrou ainda que o ex-presidente João Goulart estaria completando 87 anos ontem.



Geraldo Magela

FUNÇÃO Para Mão Santa, programas sociais da estatal são "ações simpáticas com dinheiro do povo"

Petrobras é usada para fins políticos, diz Mão Santa

O senador Mão Santa (PMDB-PI) acusou o governo de fazer uso político da Petrobras. Em pronunciamento ontem, o parlamentar afirmou que a empresa cobra pelo combustível um preço mais alto que o necessário, para destinar dinheiro a programas sociais.

Segundo Mão Santa, a estatal tem sido "um instrumento político para fazer ações simpáticas com o dinheiro do povo". A empresa, que fatura 28% do preço de varejo dos combustíveis, poderia ter um lucro menor, observou ele, barateando o transporte para o setor produtivo e para a população.



PREJÚZOS Bornhausen observa que posse da União estava atrasando desenvolvimento das cidades

Senado tira da União terras das ilhas sedes de municípios

O Plenário do Senado aprovou ontem, por unanimidade, em primeiro turno, proposta de emenda à Constituição (PEC 15/04) que tira da União a posse das terras das ilhas oceânicas ou costeiras que sejam sedes de municípios. Com isso, os atuais ocupantes poderão se tornar seus proprietários, deixando de pagar taxas de ocupação ao Patrimônio da União. A emenda, antes de ser promulgada pelas Mesas do Senado e da Câmara, ainda terá de ser votada em segundo turno.

A mudança constitucional foi aplaudida em vários discursos, especialmente pelos senadores de Santa Catarina, Maranhão e Espírito Santo, cujas capitais (Florianópolis, São Luís e Vitória) se localizam em ilhas marítimas. O relator da matéria, senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), sustentou que esse problema vinha atrapalhando o desenvolvimento das cidades.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) entende que a posse das terras passará automaticamente aos atuais ocupantes, mas existe uma dúvida, “que poderá ser resolvida só na Justiça: as áreas à beira-mar continuam sendo ou não terrenos de marinha?”

– Eu entendo que a emenda é clara e toda a ilha, incluindo a área à beira-mar, não mais pertencerá à União – disse Camata. Ele acredita que o assunto ainda será bastante discutido antes que os proprietários possam receber a escritura.

O projeto foi apresentado à Câmara em 1998. Em janeiro, o assunto foi discutido no Senado e o governo chegou a pedir mais tempo para discutir a matéria e suas implicações. Depois de muita negociação, o governo acabou por concordar com sua aprovação, sem mudanças.

Senado aprova projetos da CPI contra exploração sexual infantil

■ Propostas que vão ao exame dos deputados alteram o Código Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente

O Senado aprovou ontem três projetos que constam do relatório final da comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) que investigou a exploração sexual infantil e que alteram o Código Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Os projetos precisam ser votados ainda pelos deputados.

O PLS 253/04 efetua diversas mudanças no Código Penal, modificando um de seus títulos,

de “Crimes contra os costumes”, considerado antiquado – o código é de 1940 –, para “Crimes contra a liberdade e o desenvolvimento sexual”. O relator, Demostenes Torres (PFL-GO), disse que a nova nomenclatura é mais adequada ao momento.

O projeto incorpora ao crime de estupro a antiga definição de atentado violento ao pudor. Na prática, significa a previsão de que o estupro pode ser cometido contra pessoas em geral, e não apenas contra mulheres.

– A comissão observou que as vítimas de violência sexual muitas vezes são meninos – disse Patrícia Saboya (PPS-CE), que presidiu a CPI.

Outra alteração importante

é a instituição da ação penal pública para todos os crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes, abrindo espaço para que qualquer cidadão apresente a denúncia. Hoje, isso só ocorre se houver reclamação pela vítima. Dessa forma, o crime costuma ficar impune, já que muitas vezes é cometido por familiares que têm poder sobre a vítima.

Também foi criado o crime de “favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável”, incluindo no Código Penal a tipificação de um crime que hoje só existe no Estatuto da Criança e do Adolescente. Dessa maneira, a punição poderá se estender

a toda a rede de exploração, inclusive aos clientes. Ainda poderá ser incluído no código o crime de tráfico interno de pessoas para fins sexuais.

Os outros dois projetos de lei (PLS 254/04 e PLS 255/04) alteram o Estatuto da Criança e do Adolescente, punindo os atos de fotografar e filmar crianças e adolescentes em cenas de sexo explícito ou pornográfica. O texto atual pune apenas a divulgação das imagens, o que permite a absolvição de quem “apenas” fotografa a vítima.

O PLS 255 permite fechar definitivamente hotéis que hospedarem criança ou adolescente desacompanhado dos responsáveis e sem sua autorização.

Atuação de Patrícia é elogiada por 29 senadores

O encaminhamento da votação dos projetos que visam coibir a exploração sexual infantil foi marcado pela homenagem de 29 senadores à senadora Patrícia Saboya. Ela presidiu, em 2003 e 2004, a comissão parlamentar mista de inquérito que investigou o assunto e que apresentou as propostas de mudanças legislativas.

Os senadores ressaltaram a coragem e a perseverança da senadora à frente da comissão. Paulo Paim (PT-RS) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) também elogiaram a atuação da relatora, a deputada Maria do Rosário (PT-RS). Um dos principais pontos no trabalho da CPI foi a necessidade de combater o chamado turismo sexual.

– As conclusões da CPI são recado direto para aqueles que vêm ao Brasil interessados no turismo sexual – afirmou Hélio Costa (PMDB-MG). Romeu Tuma (PFL-SP) disse que é preciso combater os esquemas que relacionam prostituição e turismo.

Outro aspecto importante foi a capacidade que teve a comissão de conscientizar a sociedade sobre o problema.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Cristovam Buarque (PT-DF), César Borges (PFL-BA) e Garibaldi Alves (PMDB-RN) defenderam investimentos em educação para que não mais exista um ambiente social propício à exploração sexual.

Também elogiaram as mudanças Arthur Virgílio (PSDB-AM),

Tião Viana (PT-AC), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Demostenes Torres (PFL-GO), Marcelo Crivella (PL-RJ), Delcídio Amaral (PT-MS), Edison Lobão (PFL-MA), Ney Suassuna (PMDB-PB), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Rodolpho Tourinho (PFL-BA), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Sérgio

Cabral (PMDB-RJ), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Fernando Bezerra (PTB-RN), Augusto Botelho (PDT-RR), José Agripino (PFL-RN), Marco Maciel (PFL-PE), José Sarney (PMDB-AP), Heráclito Fortes (PFL-PI), Ana Júlia Carepa (PT-PA) e Pedro Simon (PMDB-RS).



RECONHECIMENTO Na sessão plenária, senadores destacaram a coragem e a perseverança de Patrícia Saboya à frente da CPI da Exploração Sexual



RESPONSABILIDADE Segundo Patrícia, Estado não pode se omitir diante de crimes graves

Patrícia destaca preocupação em dar voz às vítimas

A aprovação dos projetos que coíbem a exploração sexual infantil significa uma resposta concreta do Senado Federal diante do sofrimento de milhares de famílias brasileiras, afirmou a senadora Patrícia Saboya. Ela relatou em Plenário as dificuldades encontradas durante as investigações e lembrou que a preocupação dos parlamentares foi dar voz às vítimas.

– Nossa intenção não foi ter atitude moralista ou controladora. O Estado não deve se intrometer nas relações afetivas, mas não pode se omitir diante de crimes graves – disse a senadora, acrescentando que as alterações legislativas conferem à Justiça ferramentas para que as punições sejam mais rigorosas.

Orçamento: comissão dá partida à reforma

■ Renan explica que as mudanças em exame no colegiado visam acelerar a transição para uma lei impositiva

A comissão mista especial destinada a propor mudanças na elaboração do Orçamento da União será instalada hoje, às 11h, contando com 30 dias para concluir seus trabalhos. Segundo o presidente do Senado, Renan Calheiros, as mudanças visam assegurar a transição entre um orçamento autorizativo, forma hoje em vigor, e um orçamento impositivo.

– Como está não pode ficar. O Orçamento não é uma lei; é meia lei – afirmou Renan após encontro com o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti. Atendendo o apelo de Severino, Renan concordou que um deputado assumira a relatoria e um senador responda pela presidência da comissão. Para o cargo de presidente, estão



ACORDO Em reunião com Severino Cavalcanti (D), Renan define nomes de deputados e senadores que vão estudar alterações no exame do Orçamento

cotados os senadores Fernando Bezerra (PTB-RN) e Sérgio Guerra (PSDB-PE).

Obedecendo ao critério de

representação por partido e por região, a comissão terá 16 membros, sendo oito senadores e oito deputados federais.

Senado torna o debate mais democrático

Reunidos ontem de manhã com o presidente do Senado, Renan Calheiros, os líderes dos partidos decidiram cortar em mais da metade o tempo destinado aos discursos dos senadores e das lideranças, possibilitando que um maior número de parlamentares ocupe a tribuna. Ficou acertado que o senador que ultrapassar seu tempo terá o som do microfone cortado depois de um a dois minutos. Esse mecanismo já é empregado na Câmara.

Foram tomadas várias decisões para tornar “mais democrático” o uso da palavra pelos senadores, conforme expressão de Renan. Além disso, os líderes decidiram mudar o regimento para que as sessões comecem meia hora mais cedo – às 14h. No fim do dia, o Plenário aprovou resolução de autoria do senador Tião Viana (PT-AC), com a mudança do horário.

A partir de agora, cada líder de partido cuja bancada tenha mais de nove senadores só poderá usar da palavra por cinco minutos antes das votações ou, uma segunda vez, por até 20 minutos, depois da ordem do dia. Líder de partido menor só terá direito a uma vez em cada sessão. Mais: nenhum senador poderá fazer mais de dois discursos por semana, exceto se for líder ou se

manifestar por sua liderança. Se alguém discursar no lugar do líder, este perderá sua vez.

Reclamações

A decisão foi tomada por causa das reclamações dos senadores inscritos normalmente para discursar. Devido aos pedidos das lideranças para uso da palavra, eles acabavam ficando sem a chance de fazerem pronunciamento. Renan informou que, sem as mudanças, numa única sessão até 24 líderes (ou liderados autorizados) podem usar da palavra, num total de até 600 minutos. Com as alterações, só poderão discursar 12 líderes (ou liderados), somando até 230 minutos. Ou seja, o tempo destinado a eles terá um corte superior a 60%.

Tião Viana (PT-AC), que é vice-presidente do Senado, foi encarregado de coordenar mudanças no Regimento do Senado, colocando em nova resolução essas alterações – a parte do tempo dos discursos já está em vigor, segundo Renan. Viana disse à imprensa que pretende sugerir outras modificações, como uma no sentido claro de que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) não poderá apresentar parecer de mérito sobre assuntos que não lhe

sejam pertinentes.

Votações

Os líderes acertaram que as votações começarão sempre às 16h, sem possibilidade de adiamentos. Os discursos normais dos senadores (fora os pronunciamentos de líderes) serão de no máximo 10 minutos, se antes das votações. O tempo sobe para 20 minutos após a ordem do dia. Até agora, o tempo destinado aos oradores após as votações era de 50 minutos. Na expressão de Pedro Simon (PMDB-RS), o longo tempo de discurso foi criado para que os senadores debatessem em profundidade determinado assunto.

As mudanças, comunicadas pelo presidente da Casa ao Plenário, receberam apoio de vários senadores. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse que foi questionado por um jornalista se as mudanças não limitavam a atuação dos partidos de oposição. “Não é isso. Vai tornar o debate mais moderno, mais democrático”, sustentou. Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) ponderou que as alterações dependem de uma resolução aprovada pelo Plenário. Gerson Camata (PMDB-ES) sugeriu que as sessões da tarde comecem sempre às 14h30, com as votações.

Pelo Senado, foram indicados Romero Jucá (PMDB-RR), Aloizio Mercadante (PT-SP), Sérgio Guerra, Heráclito Fortes (PFL-PI), Marcelo Crivella (PL-RJ), Fernando Bezerra, Osmar Dias (PDT-PR) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Pela Câmara, vão participar os deputados Ricardo Barros (PP-PR), Sérgio Miranda (PCdoB-MG), Alberto Goldman (PSDB-SP), Paulo Bernardo (PT-PR), Cláudio Cajado (PFL-BA), Pedro Novaes (PMDB-MA), Milton Monte (PL-SP) e Iberê Ferreira (PTB-RN).

Fortalecimento

Renan enfatizou em diversos momentos, ontem, a necessidade de fortalecimento do papel do Legislativo no processo de elaboração da peça orçamentária. De passagem pela Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, onde acompanhou a sessão de instalação, ele disse não fazer sentido o Congresso aprovar um orçamento que recebe contingenciamento por decreto.

– Como é que você vota uma peça, mesmo de ficção, e depois o governo contingencia? Agora mesmo o governo contingenciou R\$ 15,9 bilhões sem que o Congresso participasse dessa discussão. Assim não dá, assim minimiza o papel do Congresso.

Reafirmando que “uma lei sem caráter mandatário é uma quase-lei”, o presidente observou que a precariedade do processo orçamentário está presente em todas as suas fases: começa na elaboração, pelo Executivo; passa pela apreciação, no Congresso; e alcança a etapa de execução e fiscalização, completando-se com as medidas de contingenciamento.

Segundo Renan, os cortes podem ser necessários para controlar os gastos públicos, mas, para que esse combate seja eficaz, ele considera “fundamental uma prévia definição das prioridades e a participação do Legislativo na discussão do contingenciamento”.

Renan vê condições para se promover mudança política

“A reforma política não parou, vamos dar continuidade às conversas”, afirmou ontem o presidente do Senado, Renan Calheiros, ao confirmar que será realizada hoje reunião com os presidentes de cinco partidos para discutir o mérito das propostas em discussão.

– Ontem (segunda-feira), o presidente Lula cobrou a reforma, disse que queria ajudar para que aconteça mesmo. Entendo que as condições estão criadas para que ela possa ser retomada.

Renan voltou a defender o bom senso no confronto entre oposição e governo em torno das declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a existência de corrupção nas privatizações realizadas pelo governo Fernando Henrique. O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) aqueceu o debate ao denunciar em Plenário ter sido procurado para retirar sua assinatura de um requerimento de criação de CPI no governo FHC. Ele também disse ter assinado o requerimento para criação da

CPI do Waldomiro.

– É preciso baixar a bola, diminuir a temperatura. CPI tem que existir quando não há esclarecimento pelos meios convencionais. Mas apenas nessa hipótese. Toda vez que você acena com uma CPI como resposta política, é ruim para o país – observou Renan.

O presidente do Senado explicou ainda que o requerimento de convocação do ministro da Casa Civil, José Dirceu, encaminhado pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), é legítimo e atende a todos os requisitos regimentais, mas não vai dar-lhe celeridade.

– Temos outros 18 requerimentos na frente. Vou compatibilizar a tramitação de todos eles – esclareceu.

Em relação à reforma ministerial, Renan afirmou que o PMDB está pronto para colaborar com o governo, mas não tem previsão de quando será definida e finalizada a troca de ministros. Ele disse que a expectativa é que o presidente Lula conclua logo a reforma ministerial.

Matrículas na educação infantil		
	Creche	Pré-escola
Brasil 2004	1.348.237	5.555.500
2003	1.237.558	5.155.676
2002	1.152.511	4.977.847
Matrículas na educação infantil (2004) por dependência administrativa		
	Creche	Pré-escola
Estadual	14.993	277.588
Federal	721	1.637
Municipal	828.352	3.792.629
Privada	504.171	1.483.646
Total	1.348.237	5.555.500

Plenário vota hoje PEC da educação infantil gratuita

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) mostram que, em 2004, apenas 6,9 milhões de crianças na faixa do zero a seis anos obtiveram vagas em unidades escolares privadas e públicas, entre essas as da União, estados e municípios. Na pré-escola foi registrado aumento de 7,75% no número de matrículas em 2004, em relação ao ano anterior. Já nas creches, o percentual foi de 8,9%.

O último censo (2000) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou 23,1 milhões de crianças com até seis anos, o que sinaliza um déficit de 16,2 milhões de vagas.

Para ampliar esse atendimento, será votada hoje no Senado, em primeiro turno, a proposta de emenda à Constituição (PEC 40/00) que assegura educação

gratuita a todas as crianças nessa faixa etária.

De autoria da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), a proposta foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em outubro do ano passado.

A matéria propõe alteração no artigo 208 da Constituição, que passaria a vigorar com o texto "acolhimento obrigatório, público e gratuito a toda demanda pela educação infantil, em creches e pré-escolas para as crianças de zero a seis anos de idade".

O relator, senador Tião Viana (PT-AC), concorda com o projeto e afirma que "nessa faixa etária são fixados os alicerces da vida emocional que irão influenciar decisivamente no desenvolvimento e aprendizagem futuros da criança".

Dorothy: comissão avalia viagem ao Pará

A comissão externa do Senado que acompanha as investigações sobre o assassinato da freira Dorothy Stang cancelou a audiência pública que estava marcada para hoje, com a presença de Marina Silva e Miguel Rossetto, ministros do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, respectivamente. Os ministros não poderão comparecer por questões de agenda. Foi marcada, então, uma reunião para hoje, às 14h30, que vai fazer um balanço da viagem da comissão às cidades de Altamira e Anapu, no Pará, onde os senadores ouviram os suspeitos pelo crime e obtiveram deles a acusação de que o prefeito da cidade de Anapu, Luís Carvalho, fazia parte do grupo que contratava assassinatos na região.

ILB e Unilegis abrem ano letivo de 2005

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e a Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) promovem hoje, às 10h, no auditório do Interlegis, a cerimônia de abertura do ano letivo. O senador Cristovam Buarque (PT-DF) vai proferir a aula inaugural. O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, fará palestra sobre o modelo de administração da Casa. O 1.º secretário do Senado Federal, senador Efraim Morais (PFL-PB), presidirá a cerimônia. Estarão presentes o diretor-executivo do ILB, Florian Augusto Coutinho Madruga, o vice-reitor acadêmico da Unilegis, Heitor Gurgulino, e os alunos dos cursos de especialização em administração legislativa e do curso de formação de chefe de gabinete.

CAE aprova audiência com ministro da Fazenda

■ Comissão quer ouvir Palocci sobre carga tributária e presidente da Petrobras a respeito da situação da empresa

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem requerimento do senador César Borges (PFL-BA) pedindo a realização de audiência pública com o ministro Antonio Palocci para debater o recente aumento da carga tributária.

Segundo César Borges, tanto a competitividade das empresas quanto o crescimento da economia são prejudicados pelo aumento dos impostos.

– A carga tributária cresceu de forma assustadora ao longo

dos últimos anos. O setor produtivo está submetido a uma das maiores cargas tributárias do mundo. Segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), a carga tributária cresceu 7,6% de 1995 a 2004, passando de 28,92% para 36,56% do produto interno bruto (PIB). O crescimento no último ano foi de 1,02%, o que contraria declarações feitas pelo próprio ministro, que afirmou, em audiência pública no Senado, que o governo não aumentaria a carga tributária – afirmou.

Petrobras

Outro requerimento aprovado pela CAE foi apresentado pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) convidando o presidente da Petrobras,

José Eduardo Dutra, a prestar esclarecimentos sobre a situação econômico-financeira da empresa. O parlamentar quer saber por que a Petrobras fez apenas três reajustes de preços para a gasolina no mercado interno, em 2004, quando é sabido que, no mesmo período, o preço do barril de petróleo chegou a US\$ 50.

– Desde que os preços dos derivados no Brasil foram liberados, em janeiro de 2002, a Petrobras deveria reajustar seus preços de acordo com a variação do mercado internacional. O objetivo da medida é equiparar os preços da estatal ao custo de importação dos combustíveis, para tentar evitar o monopólio da empresa – justificou Valadares.



DISCUSSÃO Romeu Tuma (E) e Luiz Otávio durante reunião que decidiu pelo convite às duas autoridades do governo

Alongamento de dívidas rurais será negociado

Dentro de 15 dias, governo e oposição deverão apresentar uma fórmula de como será feito o alongamento das dívidas de operações de crédito rural realizadas por agricultores do semi-árido nordestino. A decisão foi tomada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), depois de uma discussão em torno de projeto que aumenta, de R\$ 35 mil para R\$ 100 mil, o limite da dívida passível de renegociação dos agricultores familiares, míni e pequenos produtores, bem como de suas respectivas cooperativas e associações.

Transposição de rio será debatida por três comissões

As comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) poderão, em conjunto, realizar um amplo debate sobre o projeto de transposição de águas do rio São Francisco, que contará com a presença do ministro Ciro Gomes, da Integração Nacional. A data ainda será marcada.

Mas a realização da audiência está condicionada à aprovação de requerimentos nesse sentido, apresentados na reunião da CAE de ontem pelos senadores Fernando Bezerra (PTB-RN) e César Borges (PFL-BA), que de-

verão ser colocados em votação na próxima semana.

Para Fernando Bezerra, é importante que o Senado conheça em profundidade o projeto do governo. César Borges entende que a transposição de águas esbarra em três obstáculos: problemas ambientais, de viabilidade técnica e os relacionados a fatores econômicos. Já Ney Suassuna (PMDB-PB) acha que o tema tem que ser analisado de forma técnica, e não política. O senador Almeida Lima (PSDB-SE) afirma que, antes de se pensar em transposição, é necessário revitalizar o rio São Francisco.

Oposição tenta ocultar o crescimento, afirma Ideli

■ Ela lembra que, em 2004, PIB subiu 5,2%, registrando o maior desempenho dos últimos 11 anos

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou que as críticas feitas ao governo pelo PSDB e pelo PFL buscam impedir que a população tome conhecimento dos dados positivos da economia. Ela se referiu ao episódio das declarações do presidente Lula na semana passada, segundo as quais ele teria recomendado que atos de corrupção durante as privatizações no governo Fernando Henrique Cardoso não fossem divulgados.

Ideli citou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Esta-



CONSTATAÇÃO Ideli Salvatti diz que no governo FHC foram vendidos 76% do patrimônio público

tística (IBGE) indicando que, em 2004, o produto interno bruto (PIB) cresceu 5,2% em relação ao ano anterior, o maior desempenho dos últimos 11 anos. Os setores que mais contribuíram foram a indústria, a

agropecuária e o de serviços. – É nesse cenário que vem toda uma pseudoturbulência a respeito de declarações do presidente, que tem como único objetivo tentar criar uma situação política em cima de uma realidade econômica e social de desenvolvimento como há muito tempo este país não tinha.

Ideli Salvatti disse que, nos oito anos do governo FHC, foram privatizados 76% do patrimônio público brasileiro, tendo a dívida pública saltado de R\$ 67 bilhões para quase R\$ 700 bilhões. Ela leu trechos de artigo de Mauro Santayana, para quem “os próceres do PSDB sabem que o processo de privatização das empresas estatais não resiste a um exame ético rigoroso”.

Sérgio Guerra considera ridículo aumento a servidor

Ao rebater o discurso de Ideli Salvatti (PT-SC), Sérgio Guerra (PSDB-PE) pediu uma reflexão de todos sobre medidas como o contingenciamento de R\$ 16 bilhões anunciado pelo governo e o “ridículo aumento” de 0,1% concedido aos funcionários públicos federais.

Ele lamentou que, enquanto o Congresso se empenha em modificar a forma de elaboração do Orçamento da União, com “um esforço sincero” dos líderes e dos presidentes das duas Casas, o governo, com o contingenciamento, contribua para que nada mude. O senador ressaltou que ninguém pode

alegar, como já aconteceu antes, que o Congresso cria receitas, argumentando que o relator da lei orçamentária deste ano, senador Romero Jucá (PMDB-RR), não poderia inventar receitas para um governo a que ele próprio serve no Congresso.

Sérgio Guerra lamentou que projetos apresentados por parlamentares, “com fundamento democrático”, sejam contingenciados, enquanto o Executivo não contingencia “nenhum tostão” das chamadas emendas do Fundo Monetário Internacional (FMI). Para o senador, essa atitude não sinaliza mudança, mas



RESPOSTA Ao rebater discurso da senadora petista, Sérgio Guerra também condenou corte de verbas

“ampliação do autoritarismo e manutenção dos desvios e vícios que vêm se agravando ao longo do tempo”.

– A cada dia fica mais evidente que nós estamos assistindo a um governo que fala de um Brasil irreal, sendo que o Brasil real está do outro lado.

Para Delcídio, Lula usou de cautela ao fazer declaração

O líder do PT, Delcídio Amaral (MS), enfatizou ontem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva usou o condicional ao pedir ao então presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa, que não levasse adiante a denúncia que lhe fez, no início do seu governo, sobre corrupção no órgão.

Delcídio destacou que o pre-



EQUILÍBRIO Atitude do presidente demonstrou cuidado com a coisa pública, segundo Delcídio

sidente Lula afirmara: “Se tudo o que você está me dizendo é verdade”, antes de ordenar a Lessa que não desse andamento à denúncia. Para o líder do PT, a atitude do presidente de-

monstrou um grande cuidado e uma grande responsabilidade com a coisa pública, ao evitar que a denúncia não confirmada provocasse solavancos na economia.

Delcídio Amaral afirmou que o racionamento de energia no país levava as empresas da área a uma situação quase falimentar, arrastando com elas muitas instituições financeiras, entre as quais o BNDES.

O quadro descrito ao presidente da República por Lessa, continuou o parlamentar, foi fruto de “uma situação de absoluta anomalia” no setor elétrico brasileiro.



DETERMINAÇÃO Arthur Virgílio lembra que PSDB não quer debate estéril, mas sim investigação

Virgílio defende CPIs para o caso Waldomiro e as privatizações

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), anunciou ontem que está colhendo assinaturas visando à instalação de duas comissões parlamentares de inquérito (CPIs) para investigar, ao mesmo tempo, o chamado caso Waldomiro Diniz e as privatizações ocorridas no governo Fernando Henrique Cardoso. Ele conclamou os senadores a apoiarem a iniciativa, “em nome da dignidade da Casa”.

– Seriam 81 homens dignos assinando as duas CPIs. Quem

for podre que se quebre, quem tiver de ser preso, que seja – afirmou o líder do PSDB, que acusou mais uma vez o presidente Lula de ter cometido crime de prevaricação ao insinuar, em discurso de improviso no Espírito Santo, que impediu a divulgação de práticas ilícitas no governo Fernando Henrique.

Ao justificar os requerimentos das duas CPIs, Arthur Virgílio argumentou que no interior do governo federal parece haver um consenso implícito de que houve corrupção nas privatizações executadas na administração anterior, e citou como expoente desse pensamento o ministro da Casa Civil, José Dirceu, que teria “pouca moral para falar em moralidade no país”. O PSDB, conforme explicou, não quer continuar a fazer um “debate estéril” em torno do tema, “quer é investigação”.

Em aparte, Gerson Camata (PMDB-ES) disse que as declarações de Lula no Espírito Santo devem ser entendidas em um contexto de discussão dos problemas nacionais. Também se manifestaram Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Antero Paes de Barros (PSDB-MT).

Maguito diz que governo FHC tentou abafar investigações

Maguito Vilela (PMDB-GO) denunciou ontem que o governo Fernando Henrique tentou de todas as formas “abafar” várias comissões parlamentares de inquérito (CPIs) requeridas que se destinavam a apurar denúncias de irregularidades no seu governo.

– Em um desses requerimentos de CPI, eu até recebi ofertas de propina de um empresário, para retirar a assinatura, que atuou livremente no aliciamento de parlamentares – afirmou o senador, provocando o protesto de vários senadores do PSDB e do PFL.

Maguito enumerou as CPIs que o governo FHC e suas lideranças procuraram derrubar: do sistema financeiro, da compra de votos para a reeleição, das privatizações, do tráfico de influência no governo, do TRT de São Paulo.

– As CPIs do sistema financeiro e a do TRT, inclusive, o governo não conseguiu impedir, e resultaram na cassação de



ALICIAMENTO Maguito afirma que chegou até a receber, de um empresário, oferta de propina

mandatos de parlamentares.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), desafiou Maguito a citar nomes. O senador goiano disse que não se lembrava de nomes, porque não aceitou nem mesmo conversar. Virgílio anunciou, então, que o PSDB apresentaria requerimento ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar convocando os principais empreiteiros do país para que Maguito identifique o pretenso corruptor.

– Aceito o desafio. Chame os empreiteiros que eu aponto aquele que tentou comprar votos aqui – reagiu Maguito.

Em vez de encaminhar o requerimento diretamente ao conselho, Virgílio entregou-o a Maguito, para que ele próprio tome a iniciativa.

Marina recebe convite para debate no Senado

Em reunião que contou com a presença do presidente do Senado, Renan Calheiros, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem requerimento do presidente do colegiado, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), convidando a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, para debater com os senadores propostas sobre o meio ambiente.

Da mesma audiência participarão, para discutir outros assuntos de competência da comissão, o diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) do Ministério da Justiça, Ricardo Morishita; o diretor-geral do Procon de Brasília, Oswaldo Moraes; e o coordenador executivo do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Sevirfredo Paz.

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) propôs que no futuro seja realizada audiência com o governador do Pará, Simão Jatene (PSDB), a fim de discutir proposta de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) de todo o estado do Pará. A comissão acolheu também requerimento dos senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e João Alberto Souza (PMDB-MA) pedindo ao Tribunal de Contas da União (TCU) informações sobre a tomada de contas especiais realizadas na cidade de Bacabal, no Maranhão.

Foi aprovada durante a reunião a extinção da Subcomissão Permanente de Obras Inacabadas, que funcionava vinculada à CMA. Quintanilha sugeriu que os problemas relacionados a obras inacabadas sejam abordados pela própria comissão, sem necessidade de subdivisão.



DESAFIO Sérgio Guerra (D) foi eleito presidente da nova comissão, que examinará também a questão da reforma agrária

Comissão de Agricultura é instalada e discute a seca

Sérgio Guerra diz que juros altos e problemas de infra-estrutura desafiam a atividade agrícola no país

A nova Comissão de Agricultura e Reforma Agrária foi instalada ontem com a presença do presidente do Senado, Renan Calheiros. O senador pernambucano Sérgio Guerra (PSDB) elegeu-se presidente da comissão numa reunião iniciada e encerrada por senadores gaúchos cuja principal preocupação foi a seca que atinge a região central do Rio Grande

do Sul há 110 dias.

Pedro Simon (PMDB-RS) abriu a reunião por ser autor do projeto que criou a comissão (PRS 26/89). E Sérgio Zambiasi (PTB-RS), o último orador, chamou atenção para os problemas econômicos e sociais, como o desemprego e o êxodo rural provocados pela estiagem. Ele afirma que o seguro agrícola será a solução para os pequenos agricultores gaúchos.

Sérgio Guerra registrou a coincidência de a seca ser um problema tradicional no seu estado (Pernambuco) e tornar-se prioridade na primeira audiência da comissão.

Os juros altos e os proble-

mas de infra-estrutura são os desafios imediatos da agricultura brasileira, segundo Sérgio Guerra. E disse que não vai transformar a comissão num instrumento da oposição ao governo. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), ressaltou a capacidade do senador.

Em nome da liderança do governo, Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou que a habilidade de negociação de Sérgio Guerra será importante na condução dos trabalhos. Alvaro Dias (PSDB-PR), presidente da CPI da Terra, citou as ocupações ilegais como obstáculo à produtividade e ao investimento externo na agricultura.

CPI da Terra investigará ação da PM em Goiânia

Representantes da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Terra viajam amanhã a Goiânia (GO) para investigar a ação da Polícia Militar na desocupação do Condomínio Sonho Real, que havia sido invadido pelos sem-teto. Irão à capital goiana os senadores Alvaro Dias (PSDB-PR), Sibá Machado (PT-AC), Maguito Vilela (PMDB-GO) e Lúcia Vânia (PSDB-GO), além do relator da comissão, deputado João Alfredo (PT-CE).

Segundo o requerimento aprovado por unanimidade no colegiado, o objetivo da viagem é esclarecer os acontecimentos que levaram à expulsão violenta de milhares de cidadãos sem-teto do Parque Oeste Industrial de Goiânia, que resultou na morte de duas pessoas, e e ferimentos graves em outras 26. Cerca de 800 pessoas foram detidas e dezenas de lideranças perma-

necem presas.

Ao chegar a Goiânia, pela manhã, os representantes da comissão parlamentar de inquérito serão recebidos por parlamentares locais e lideranças comunitárias. Eles visitarão a área do conflito e se encontrarão com algumas das famílias despejadas, entre elas as dos trabalhadores assassinados, Pedro e Wagner.

À tarde, na assembleia legislativa do estado, os integrantes da CPI participarão de audiência pública com exposição do ministro das Cidades, Olívio Dutra; do governador de Goiás, Marconi Perillo; do prefeito, Iris Rezende; da procuradora-geral de Justiça, Laura Ferreira Bueno; e de representantes da arquidiocese, do Movimento de Luta pela Moradia e da ocupação Sonho Real.

Para os integrantes da CPI, os fatos evidenciam a falta de uma política de reforma urbana.



AGENDA Renan Calheiros (E) participou ontem da reunião da Comissão de Meio Ambiente, presidida por Leomar Quintanilha



CRÍTICA Para Alvaro, o ministro José Dirceu "subestima a inteligência da nação"

Alvaro: "Lula diz coisas sem o menor sentido"

Alvaro Dias (PSDB-PR) voltou a criticar declarações do presidente Lula, que teria prometido assentar 500 mil famílias até o fim do governo, apesar do corte de quase R\$ 2 bilhões no orçamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

– O presidente é detentor da capacidade inigualável de dizer coisas sem o menor sentido.

Alvaro Dias acusou o governo de tentar impedir a apuração de escândalos envolvendo o PT. Um deles, afirmou, são as denúncias de corrupção na prefeitura de Santo André (SP).

– Foi um escândalo sem precedentes, que culminou com corrupção e assassinatos.

Alvaro também criticou declarações do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, que "aconselhou" o PSDB a não processar apenas o presidente Lula, pelas declarações de que havia casos de corrupção no governo passado, mas também a imprensa, que fez várias denúncias.

– O ministro subestima a inteligência da nação. A imprensa cumpre o dever da denúncia e não prevarica. Mas o presidente, ao se omitir em caso de corrupção, comete o crime de prevaricação.



CONSEQUÊNCIAS Sérgio Zambiasi ressalta que 120 mil famílias gaúchas sofrem prejuízos irreversíveis

Zambiasi alerta para estiagem no Rio Grande do Sul

Em discurso no Plenário, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) alertou para as consequências alarmantes da seca em seu estado, em que 392 dos 496 municípios já decretaram estado de emergência. A estiagem atinge especialmente os mais humildes, disse o senador.

– Mais de 120 mil famílias de pequenos produtores rurais estão sofrendo prejuízos irreversíveis – afirmou.

Jane Araújo

Roosevelt Pinheiro

Roosevelt Pinheiro

Célio Azevedo

Comissão de Educação promoverá debates sobre reforma universitária

■ Colegiado também realizará audiência sobre revalidação de diplomas de médicos formados em Cuba

A Comissão de Educação (CE) promoverá, a partir da próxima terça-feira, um ciclo de audiências públicas sobre a proposta de reforma do ensino superior elaborada pelo governo. Além do secretário-executivo do Ministério da Educação, Fernando Haddad, serão ouvidos representantes de universidades públicas e privadas, estudantes, cientistas e professores, além de especialistas em educação.

De autoria do presidente da CE, senador Hélio Costa (PMDB-MG), requerimento para realização dos debates foi aprovado ontem. A pedido do senador Cristovam Buarque (PT-DF), poderá ser convidado para a primeira audiência um representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que debateria com Fernando Haddad e representantes das universidades.

Hélio Costa elogiou o debate ocorrido no último fim de semana em São Paulo, com a participação do ministro da Educação, Tarso Genro, e dos ex-ministros Cristovam Buarque e Paulo Renato Souza. O senador anunciou que pretende reeditar a discussão na CE, com

os mesmos protagonistas, mas precedida de discussões com representantes do setor.

Cristovam saudou a iniciativa, mas apontou para a necessidade de se articular a análise sobre a reforma universitária com as questões do ensino básico. A opinião foi compartilhada por Romeu Tuma (PFL-SP), para quem a educação básica está sendo deixada “em segundo plano”.

Cuba

A CE aprovou ainda requerimento do senador José Agripino (PFL-RN) convidando o ministro Tarso Genro para explicar a intenção do governo de garantir revalidação automática aos diplomas de médicos brasileiros formados em Cuba.

Tuma lembrou que vários estudantes brasileiros recorrem a cursos universitários de países vizinhos como a Bolívia e perguntou por que eles não seriam tratados do mesmo modo que os formados em Cuba. Sérgio Cabral (PMDB-RJ) também condenou o privilégio, embora elogiasse a saúde pública cubana.

Foram acolhidos ainda requerimentos dos senadores Roberto Saturnino (PT-RJ) e Alvaro Dias (PSDB-PR) para audiências com os presidentes do Conselho Federal de Medicina, Edson de Oliveira Andrade, e do Conselho Regional de Medicina de São Paulo, Isaac Jorge Filho, além do secretário de Saúde do Acre, Cassiano Oliveira.

Aprovado nome de embaixador

Por 56 votos favoráveis, 3 contrários e nenhuma abstenção, o Plenário aprovou ontem a indicação do nome do embaixador na Austrália, Frederico César de Araújo, para exercer, cumulativamente, a chefia da representação diplomática brasileira em Papua-Nova Guiné. A indicação já havia sido acolhida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Papua-Nova Guiné é um Estado da Comunidade Britânica composto por 600 ilhas, ao norte da Austrália. A capital é Port Moresby, e a língua oficial é o inglês, mas seus 4,5 milhões de habitantes se expressam também em mais de 800 dialetos.

Homenagem a Milton Santos

O Senado aprovou ontem projeto de lei da Câmara que denomina Rodovia Milton Santos a BR-242, que atravessa a Chapada Diamantina e o oeste baiano. A proposta é uma homenagem ao geógrafo, pesquisador e professor Milton Santos, nascido em Brotas do Macaú, na Chapada Diamantina (BA), em 1926, e falecido em junho de 2001.

Autor de mais de 40 livros e 300 artigos, Milton recebeu 20 títulos *honoris causa* e teve toda a sua vida e obra dedicadas ao ser humano, seu território e sua relação com o mundo.

Renan recebe reforma sindical

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebe hoje, às 14h30, mensagem presidencial que encaminha a proposta de emenda à Constituição (PEC) alterando a legislação sindical brasileira – a chamada reforma sindical. A proposta será entregue pessoalmente pelo ministro do Trabalho e Emprego, Ricardo Berzoini. Em seguida, o documento seguirá para o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, a partir das 15h, no Auditório Nereu Ramos. A proposta será apreciada primeiro pela Câmara e depois virá para o Senado, onde terá que passar pelas comissões e ser aprovada em dois turnos pelo Plenário.



PRIORIDADES Na opinião de Cristovam Buarque (E), mudanças nas universidades brasileiras devem estar associadas às questões relativas ao ensino básico

Mantido substitutivo que disciplina direitos autorais

Substitutivo do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) ao Projeto 532/03, do senador João Capiberibe (PSB-AP), que disciplina os direitos autorais, foi aprovado ontem pela CE, em turno suplementar. Foram rejeitadas todas as emendas oferecidas ao texto por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), após a deliberação inicial do colegiado.

Segundo Saturnino, as emendas de Mozarildo contrariavam o texto de seu substitutivo. Assim, observou, o acolhimento das sugestões implicaria a rejeição de tudo o que a comissão já havia aprovado anteriormente.

Durante a reunião, que contou com a visita do ministro



DEBATES Durante a primeira reunião ordinária do ano, a CE, sob a presidência de Hélio Costa (E), recebeu a visita do ministro da Cultura, Gilberto Gil

da Cultura, Gilberto Gil, a CE decidiu também dar o nome de “Comandante João Ribeiro de Barros” ao aeroporto de Bauru, no estado de São Paulo. O autor do projeto com esse objetivo foi o senador Romeu Tuma (PFL-SP), que lembrou a coragem do

aviador, ao fazer uma viagem de Gênova, na Itália, a Santo Amaro (SP), em 1926.

A partir de parecer do senador Aelton Freitas (PL-MG), a Comissão de Educação decidiu enviar ao arquivo petição contra a Agência Nacional de

Telecomunicações (Anatel), visando decretar a nulidade de atos de transferência de autorização para exploração de serviço móvel do grupo Mcomcast S. A. para a Nextel Telecomunicações S. A.

Na primeira reunião ordinária do ano, a CE decidiu realizar audiência pública sobre o Projeto 282/04, que institui o Dia Nacional de Combate à Psoríase. O colegiado aprovou ainda, em caráter terminativo, 239 projetos de decreto legislativo referentes a autorizações para o funcionamento de emissoras de televisão e de rádio em ondas médias e frequência modulada, além de emissoras de radiodifusão comunitária.